



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2026
(Do Sr. José Medeiros)

Apresentação: 13/05/2026 20:02:26.663 - Mes

RIC n.1291/2026

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública acerca de eventual vazamento ilegal de material investigativo relacionado ao Senador Flávio Bolsonaro, envolvendo áudios, documentos ou elementos probatórios sob sigilo judicial, bem como sobre possíveis falhas na cadeia de custódia, quebra de dever funcional e utilização seletiva de informações protegidas.

Senhor Presidente,

REQUER-SE:

1. Sobre o material investigativo vazado

Informar:

- a) se os áudios, documentos ou elementos divulgados pela imprensa estavam submetidos a sigilo judicial ou investigativo;
- b) qual era a classificação formal de sigilo atribuída ao material;
- c) em qual procedimento investigatório os arquivos estavam inseridos;
- d) qual autoridade judicial ou policial autorizou eventual compartilhamento;



* C D 2 6 9 6 2 7 3 1 3 5 0 0 *



e) datas de ingresso do material nos autos, acessos registrados e divulgação pública do conteúdo.

2. Cadeia de custódia e controle de acesso

Encaminhar:

- a) auditoria de acessos aos sistemas que continham os arquivos;
- b) logs completos de acesso, download, compartilhamento ou extração dos materiais;
- c) relação de delegados, agentes, peritos, servidores e autoridades que tiveram acesso aos arquivos;
- d) mecanismos de rastreabilidade utilizados pela Polícia Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- e) protocolos internos de preservação da cadeia de custódia aplicados ao caso.

3. Procedimentos internos e sindicâncias

Informar:

- a) se houve instauração de sindicância, procedimento disciplinar, investigação administrativa e auditoria interna;
- b) quais órgãos participaram da apuração;
- c) se houve comunicação à:

Controladoria-Geral da União;





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

Advocacia-Geral da União;

Ministério Público Federal;

d) providências adotadas para responsabilização funcional e administrativa.

4. Relação com veículos de imprensa

Informar:

a) se houve compartilhamento formal ou informal de material sigiloso com veículos de comunicação;

b) se existem registros de contato institucional entre agentes públicos e jornalistas acerca do conteúdo divulgado;

c) quais medidas foram adotadas para impedir vazamentos seletivos de informações protegidas;

d) se o Ministério identificou possível direcionamento político ou seletividade na divulgação.

5. Segurança institucional e integridade investigativa

Encaminhar:

a) protocolos de segurança atualmente adotados para proteção de informações sigilosas;

b) número de investigações internas relacionadas a vazamentos ocorridas entre 2023 e 2026;





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

c) estatísticas de responsabilização disciplinar por quebra de sigilo funcional;

d) medidas implementadas para reforço da segurança cibernética, do controle de acesso e da segregação de permissões.

6. Responsabilidade administrativa do Ministério

Informar:

a) quais providências foram adotadas pelo Ministro da Justiça diante do episódio;

b) se houve reunião de crise sobre o caso;

c) se o Ministério reconhece falhas nos mecanismos internos de controle;

d) se houve determinação ministerial para apuração imediata dos fatos.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento de Informação possui elevada relevância institucional, constitucional e democrática diante das graves suspeitas envolvendo eventual vazamento ilegal de material investigativo relacionado ao Senador Flávio Bolsonaro.





A presente iniciativa não se concentra no conteúdo político, moral ou narrativo dos áudios divulgados.

O ponto central da controvérsia institucional reside em questão muito mais grave para o Estado Democrático de Direito:

Como materiais protegidos por sigilo judicial e sob guarda estatal apareceram seletivamente em veículos de imprensa antes de qualquer esclarecimento oficial acerca da regularidade do compartilhamento.

A questão fundamental é institucional.

Trata-se de possível quebra de cadeia de custódia, vazamento ilegal de investigação, violação de dever funcional e instrumentalização político-seletiva de informações protegidas.

A Constituição Federal estabelece:

- Art. 5º, X e XII — proteção à intimidade, dados e comunicações;
- Art. 5º, LIV e LV — devido processo legal, ampla defesa e contraditório;
- Art. 37 — princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa;
- Art. 49, X — competência fiscalizatória do Congresso Nacional;
- Art. 50, §2º — prerrogativa parlamentar de solicitar informações a Ministros de Estado;
- Art. 144 — dever estatal de preservação da ordem jurídica e institucional.





Além disso, o Código de Processo Penal impõe rigorosos requisitos relativos à cadeia de custódia, à preservação probatória, à integridade de evidências e ao controle de acesso a materiais investigativos.

A quebra dessas garantias compromete a credibilidade das investigações, a validade das provas, a imparcialidade institucional e a segurança jurídica.

A preocupação torna-se ainda mais grave quando materiais sigilosos aparecem seletivamente em setores específicos da imprensa antes de qualquer esclarecimento oficial sobre origem do vazamento, autorização judicial, rastreabilidade dos acessos e integridade da cadeia de custódia.

Independentemente da linha editorial dos veículos envolvidos, o eventual uso seletivo de informações protegidas representa ameaça grave à neutralidade institucional.

O Parlamento possui dever constitucional de fiscalizar qualquer hipótese de utilização política de investigações, seletividade informacional, vazamentos direcionados e instrumentalização da máquina estatal.

Em democracias maduras, vazamentos ilegais de material sigiloso são tratados como ameaça institucional severa.

O Brasil não pode admitir qualquer percepção de utilização político-seletiva de estruturas investigativas estatais.

A autonomia investigativa da Polícia Federal não elimina a responsabilidade administrativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública pela integridade dos sistemas, proteção de dados sigilosos e fiscalização funcional.





A prioridade do presente requerimento decorre da necessidade urgente de proteger o Estado de Direito, assegurar integridade investigativa, preservar a imparcialidade institucional, impedir vazamentos seletivos e fortalecer a confiança pública nas instituições republicanas.

“vazamento seletivo”;

“divulgação direcionada a veículos ideologicamente alinhados ao governo”;

“assimetria informacional”;

“uso político-midiático de material sigiloso”;

“suspeita de instrumentalização estatal”.

Causa extrema preocupação institucional o fato de materiais protegidos por sigilo judicial terem sido divulgados inicialmente de forma seletiva em veículos de comunicação amplamente identificados no debate público como alinhados ideologicamente ao atual governo federal.

A coincidência entre:

- **O momento político da divulgação;**
- **A natureza seletiva das informações;**
- **O direcionamento midiático específico;**
- **E a ausência de esclarecimentos transparentes por parte das autoridades competentes;**

Levanta graves suspeitas sobre eventual instrumentalização político-midiática de estruturas estatais de investigação.





O ponto central não é a linha editorial dos veículos de imprensa.

A verdadeira gravidade institucional reside na possibilidade de utilização seletiva de informações sigilosas para influenciar a opinião pública, o ambiente político, o debate eleitoral e a imagem de adversários políticos do governo.

Em democracias constitucionais maduras, o uso direcionado de vazamentos seletivos representa uma das mais graves distorções do aparato estatal, especialmente quando materiais sob guarda pública aparecem de maneira aparentemente coordenada em determinados segmentos midiáticos antes mesmo de qualquer esclarecimento oficial.

Ainda mais grave é o fato de que o atual governo, durante boa parte do mandato, demonstrou reiterada leniência com sucessivos episódios de vazamentos seletivos, sem adoção de medidas públicas robustas para fortalecimento dos mecanismos de controle interno, rastreabilidade de acesso e responsabilização administrativa.

A omissão institucional diante de vazamentos reiterados contribui para erosão da confiança pública nas instituições e amplia a percepção de seletividade política no funcionamento do aparato estatal.

Por essa razão, torna-se imprescindível a atuação firme do Parlamento no exercício de sua competência constitucional de fiscalização, garantindo transparência, integridade investigativa, proteção do sigilo legal, respeito ao devido processo legal e preservação do Estado Democrático de Direito.

Sala das Sessões,





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

Maio de 2026.

JOSÉ MEDEIROS
Deputado Federal
PL/MT

Apresentação: 13/05/2026 20:02:26.663 - Mes

RIC n.1291/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD269627313500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros



* C D 2 6 9 6 2 7 3 1 3 5 0 0 *